

RELAÇÃO ENTRE BTD E PERSISTÊNCIA DE RESULTADOS: UM ESTUDO APÓS LEI Nº 12.973/2014 NO MERCADO BRASILEIRO

WESLEI CAMELO LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

ALFREDO SARLO NETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

RELAÇÃO ENTRE BTD E PERSISTÊNCIA DE RESULTADOS: UM ESTUDO APÓS LEI Nº 12.973/2014 NO MERCADO BRASILEIRO

1 INTRODUÇÃO

O lucro contábil reflete o desempenho da firma e pode carregar componentes informativos de fluxos de caixa futuros por ser registrado pelo regime de competência, levando assim, consideráveis contribuições para avaliações de investimentos a acionistas e investidores (Kothari, 2001). Por outro lado, o lucro tributário tem por objetivo atender à autoridade tributária. Uma possível proximidade entre o lucro contábil e o lucro tributável afetaria a capacidade de os lucros possuírem representação fidedigna dos eventos econômicos e maior relevância da informação contábil dos negócios (Nakao, 2012; Soderstrom & Sun, 2007).

A diferença entre as normas contábeis e fiscais (*Book-Tax Difference* – BTD) é uma medida capaz de fornecer informações sobre o lucro contábil e o lucro tributável (Hanlon, 2005). Esta diferença possibilita os investidores a avaliar os componentes transitórios e persistência dos resultados por conter elementos de gerenciamento de resultados contábeis e tributários associando-a à previsibilidade de resultados ligados à qualidade da informação contábil (Blaylock, Gaertner & Shevlin, 2015; Tang, 2006).

A adoção dos padrões contábeis das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) é associada ao aumento da qualidade da informação contábil para fins de divulgação (Soderstrom; Sun, 2007). O Brasil passou a adotar as normas internacionais, voluntariamente, em 2008, e provisoriamente, a legislação tributária foi afetada pelos novos métodos e critérios de reconhecimento e mensuração das transações. Dessa forma, houve a regulamentação do Regime Tributário de Transição (RTT), conferindo neutralidade na apuração dos tributos das empresas com base nos critérios fiscais vigentes em 31 de dezembro de 2007 (Silva, Santos, Koga & Barbosa, 2014).

Já em 2014, houve a regulamentação da Lei nº 12.973 regulando os critérios comerciais para fins de apuração fiscal, mas sem interferir nas regras de escrituração comercial (Silva et al., 2014). Com essa regulamentação cuja premissa era a de neutralidade fiscal do período do regime tributário de transição, é de se esperar que não se tenha havido um aumento na conformidade contábil-fiscal e, assim, aumento da BTD e presença de desempenhos maiores.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Com base no contexto apresentado, a questão principal desta pesquisa é: qual o efeito da BTD (total e temporária) sobre a persistência de resultados após a regulamentação do regime tributário definitivo nas companhias abertas brasileiras?

O estudo pretende analisar se há mudança no efeito da relação entre BTD sobre a persistência de resultados (EPS) após a regulamentação da Lei nº 12.973/2014. Para tanto, foi feita uma análise comparativa da BTD antes e após a regulamentação do regime tributário definitivo. Para fins de comparação, também se analisou os períodos antes da convergência internacional aos padrões IFRS e após, com a neutralidade fiscal.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a extensão dos exames a respeito do comportamento da conformidade contábil-fiscal e os efeitos fiscais com a adoção de uma norma tributária que leve em consideração a escrituração contábil nos moldes internacionais. Busca, ainda, elevar o papel informativo da BTD promovendo a comparação de seus efeitos após a normatização dos lucros contábil e fiscal e que pode refletir o uso de práticas de gerenciamento que deteriorem as normas societárias em benefício de questões tributárias após a regulamentação do regime tributário definitivo com a Lei nº 12.973/2014.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONFORMIDADE CONTÁBIL-FISCAL

Nakao (2012, p. 16) define conformidade contábil-fiscal “como a dependência do lucro contábil antes dos impostos em relação aos critérios de reconhecimento e mensuração para o cômputo do lucro tributável”. O lucro contábil possui duas funcionalidades: a primeira, para reportes financeiros e a segunda, para apuração dos tributos. A primeira funcionalidade segue os princípios contábeis com o objetivo de reduzir assimetrias informacionais por meio de evidenciações confiáveis e relevantes das demonstrações contábeis. Já a segunda, de refletir os objetivos de arrecadação e fiscalização tributárias (Hanlon, 2005; Nakao, 2012).

De acordo com a literatura, as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributário denominam-se de *book-tax differences* (BTD). Em cenários com menor conformidade contábil-fiscal, ou seja, países em que as normas contábeis e regras fiscais são distintas, verifica-se maiores magnitudes de BTD (Hanlon, 2005). Já em cenários com maior conformidade contábil-fiscal, ou seja, países em que as normas contábeis e regras fiscais são alinhadas, há menores magnitudes de BTD.

Blaylock, Gaertner e Shevlin (2015) apontaram que os estudos sobre BTD se intensificaram devido às medidas introduzidas na legislação tributária dos Estados Unidos, no final de 1990 e início de 2000, modificando os regimes de apurações das obrigações fiscais. Essas mudanças levaram às separações entre as apurações dos resultados contábeis e os tributários. As operações associadas às proporções de pagamentos de benefícios aos gestores e transações fiscalmente vantajosas contribuíram para esse cenário das BTD (Lisowsky, 2010; Pereira, 2010; Wilson, 2009).

Baixos níveis de BTD, ou seja, maior conformidade, evidenciarão uma ligação mais próxima entre as normas contábeis e fiscais (Lamb, Nobes & Roberts, 1998), segundo Hanlon e Heitzman (2010), uma baixa conformidade pode derivar-se de um reporte cujos lucros estejam gerenciados e, segundo Nakao (2012), a legislação societária estabelece regras que buscam prevenir que os gestores maximizem os resultados contábeis, enquanto que as regras tributárias procuram evitar a evasão fiscal, podendo por meio dessas diferenças, verificar atividades de gerenciamento de resultados por parte dos gestores.

3.2 BTD E PERSISTÊNCIA DE RESULTADOS

A BTD é oriunda das diferenças entre as normas contábeis e tributárias. Aqui, não se tem por objetivo analisar as diferentes BTD (normal e anormal), conforme exposto por Tang (2006), uma vez que não se analisa, em especial, o comportamento oportunístico dos gestores. Segundo Formigoni, Antunes e Paulo (2009), a BTD normal deriva-se de diferenças não-discricionárias, ou seja, não há intenção de gerenciar os resultados contábil ou fiscal. Já a BTD anormal é oriunda de ações oportunistas dos administradores com a finalidade de gerenciar os lucros.

Assim como o lucro, as diferenças entre o resultado contábil e tributário também podem afetar a qualidade da informação contábil. Dentre os indicadores estudados de qualidade dos resultados: *value relevance*, persistência e suavização de resultados, conservadorismo condicional e gerenciamento também são métricas úteis capazes de extrair informações da BTD (Brunozi Júnior, 2016; Costa, 2012; Ferreira et al., 2012; Marques, 2014; Nakao, 2012). Ferreira et al. (2012) analisaram os dados da BTD dividindo as empresas em dois grupos: as empresas com BTD negativas e as com BTD positivas. Como resultados, destacaram que as entidades, predominantemente, têm os seus resultados gerenciados na mesma direção dos sinais observados em suas BTD ocasionando, assim, baixa qualidade de informação contábil.

Neste estudo, analisar-se-á somente a persistência da BTB no lapso temporal informado a fim de investigar a previsibilidade de resultados.

De acordo com Tang e Firth (2012), a BTB não representa apenas diferença entre os resultados contábeis e fiscais, mas também possuem características de escolhas sobre as práticas da gestão. Assim, embora o lucro tributável possa ser uma informação destinada para o cálculo e determinação dos passivos fiscais às autoridades tributárias (Moore, 2012), para Nakao (2012, p. 19), “o lucro tributável não é desenhado para ser útil à tomada de decisões, mas pode apresentar algum nível de persistência de resultados em função de ser apurado em base competência, embora menor do que os níveis do lucro contábil”.

Assim, quaisquer informações obtidas por meio da persistência das BTB podem fornecer informações aos investidores para avaliação do valor da firma, bem como de desempenhos presentes (Atwood; Drake; Myers, 2010; Brunozi Júnior, 2016; Costa; Nakao; Moraes, 2017; Hanlon, 2005). A flexibilidade das normas contábeis pode conduzir a um gerenciamento de resultados, e conseqüentemente, redução de persistência do lucro. Já a objetividade fiscal, pode levar a um menor gerenciamento do lucro tributável e, assim, menor impacto na persistência do lucro (Martinez; Passamini, 2014).

Segundo Dechow, Ge e Schrand (2010), persistência dos resultados é uma métrica capaz de informar a capacidade de geração de fluxos de caixa e os resultados esperados para avaliação de ativos e tomada de decisão por parte dos investidores. Quanto maior a persistência, maior a previsibilidade de resultados, uma vez que o mercado consegue obter características úteis por meio dos demonstrativos contábeis sobre a performance da empresa. Assim, a BTB possibilita os investidores a avaliar os componentes transitórios e persistência dos resultados por conter elementos de gerenciamento de resultados contábeis e tributários quando associada à persistência de resultados (Blaylock, Gaertner & Shevlin, 2015; Tang, 2006).

Utilizando dados de 468 empresas chinesas de capital aberto de 1999 a 2004, Tang (2006) encontrou uma associação negativa entre o nível das BTB e previsão dos ganhos. E, ao analisar mais especificamente a BTB (Outra métrica é BTB normal derivada de diferenças não-discrecionárias, ou seja, não há intenção de gerenciar os resultados contábil ou fiscal; e a BTB anormal, oriunda de ações oportunistas dos administradores com a finalidade de gerenciar os lucros), segundo a autora, quanto maiores essas diferenças, maiores as incertezas das possíveis reversões desses componentes transitórios.

Também, numa amostra englobando empresas de 33 países e 125.859 observações entre os anos de 1992 e 2005, Atwood, Drake e Myers (2010) encontraram que quando a conformidade contábil-fiscal é alta (baixos índices de BTB), a previsibilidade dos resultados é menor.

No Brasil, Nakao (2012) buscou investigar a influência da tributação sobre a informação contábil divulgada nos IFRS. O autor identificou que as empresas que sofrem pressão do mercado apresentam maiores índices de persistência de resultados, enquanto que as de baixa pressão preocupam-se mais em seguir os procedimentos das autoridades fiscais.

Marques, Costa e Silva (2016) também investigaram se a BTB é útil na persistência de resultados de companhias abertas de países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, México e Peru). A amostra analisada foi composta por 580 companhias abertas desses cinco países no período de 2002 a 2013. Os autores concluíram que as informações apreendidas são relevantes para a previsão de resultados transitórios e menos persistentes, validando, assim, a utilidade da BTB.

Numa investigação com uma amostra de 615 empresas entre os anos de 2002 e 2015, Brunozi Júnior (2016) verificou diminuição da capacidade preditiva dos *accruals* e do fluxo de caixa operacional para os resultados líquidos futuros de empresas do mercado de ações

brasileiro. Foi possível verificar que a BTB representaria práticas oportunistas dos gestores ao ocasionar assimetria informacional de informações passadas para projeções futuras.

O Quadro 1 apresenta os estudos sobre BTB e gerenciamento de resultados durante o regime tributário de transição, entretanto, apenas Martinez e Ronconi (2015) controlaram o efeito deste fenômeno. Com a regulamentação de uma nova legislação fiscal, há uma lacuna quanto a informação da BTB após a regulamentação da Lei nº 12.973.

Artigo	Período de análise	Amostra	Incluem empresas financeiras?	Objetivo / Conclusão	Controla período de RTT?
Brunozi Júnior, Kronbauer, Martinez e Alves (2018)	2002 a 2015	290 empresas	Não	- Analisar as BTB decorrentes das práticas de gerenciamentos dos resultados nos <i>accruals</i> discricionários e na qualidade dos <i>accruals</i> . - Concluiu-se que há tendências de assimetria informacional nas BTB, principalmente em seus componentes discricionários, diminuindo a qualidade dos lucros.	Sim
Cardoso, Costa e Ávila (2017)	2004 a 2015	842 observações	Não	- Investigar o comportamento da persistência da BTB das companhias abertas brasileiras após a adoção das IFRS. - Há persistência nos tipos de BTB (total, temporária e permanente) sendo a temporária a de menor nível de persistência.	Sim
Braga (2017)	1999 a 2014	9.389 empresas de 35 países	Não	- Investigar se adoção das IFRS está associada a um maior nível de <i>tax avoidance</i> . - As companhias passaram a se engajar mais em <i>tax avoidance</i> , utilizando tanto práticas que envolvem o gerenciamento dos <i>accruals</i> quanto aquelas que não envolvem.	Não
Fonseca e Costa (2017)	2010 a 2015	124 empresas	Não	- Identificar quais são os fatores determinantes dos tipos de BTB. - A rentabilidade está associada com todos os tipos de BTB.	Não
Marques, Costa e Silva (2016)	2003 a 2012	580 empresas de 5 países da América Latina	Não	- Investigar se os tipos das BTB são úteis na previsão de resultados futuros. - As diferenças contribuem para as incertezas na previsão dos resultados futuros, visto que os resultados são mais transitórios e menos persistentes em anos com maiores BTBs.	Não
Martinez e Ronconi (2015)	2005 a 2011	52 empresas	Não	- Verificar se existe relação entre o lucro tributável e os lucros das empresas, considerando os efeitos de planejamento tributário. - A BTB passou a ter poder informativo após RTT.	Sim

Quadro 1: Síntese dos estudos realizados durante o Regime Tributário de Transição

3.3 NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS, O REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO E O REGIME TRIBUTÁRIO DEFINITIVO

Com a publicação da Lei nº 11.638/2007, o Brasil iniciou o processo de convergência às IFRS. O processo foi gradual com adesão a alguns pronunciamentos em 2008 e 2009. Já em 2010, todas as empresas passaram a reportar nesses padrões obrigatoriamente. Para neutralizar os efeitos das mudanças contábeis na apuração fiscal, houve a implantação do Regime Tributário de Transição, opcional em 2008, mas obrigatório a partir de 2010. Neste regime, as regras e os critérios tributários aplicados permaneceram os vigentes de 2007. Houve então um aumento de ajustes sobre o lucro para se determinar a parcela tributável. A partir do lucro líquido, seriam feitos, primeiramente, os ajustes positivos ou negativos para se chegar ao lucro anterior à convergência. Após isso, tem-se a base para apuração do lucro real ou da base de cálculo da contribuição social que sofre ainda, os possíveis ajustes de adições e exclusões.

Nakao (2012) afirma que o Brasil, antes da adoção das normas internacionais, não possuía completa conformidade contábil-fiscal porque algumas operações não podiam ser reconhecidas no resultado sob pena de serem tributadas. Mas a diferença entre os lucros contábil e fiscal já existia antes da sua separação iniciada pela Lei nº 11.638/2007, uma vez que ambos possuem bases distintas. É o caso, por exemplo, dos ajustes que seriam relacionados a valor justo e às subvenções governamentais. Assim, de acordo com Nakao (2012, p. 26), “os efeitos tributários estavam representando restrições à melhoria da qualidade da informação e consequente redução da assimetria informacional e crescimento do mercado de ações no Brasil”.

Com o objetivo de analisar o comportamento entre a adoção mandatória das IFRS e o *tax avoidance*, Braga (2017) utilizou-se também da métrica BTM para identificar quanto é sua relação com a adoção das normas contábeis internacionais. Com uma amostra compreendida entre os anos de 1991 e 2014 de companhias abertas de 35 países (9.389 a 15.423 empresas), a autora constatou que há associação positiva entre BTM e *tax avoidance*, ou seja, que quanto maior o nível de conformidade entre os lucros contábil e fiscal maior seria o engajamento das companhias nesta prática. Independentemente do nível de conformidade, a autora afirma que o nível de *tax avoidance* aumentou após a adoção das IFRS.

Assim, com a finalidade de pagar menos tributos, a companhia pode optar por divulgar um resultado contábil menor. Ainda, Braga (2017, p. 12) conclui que “em ambientes de alta conformidade entre os lucros, caso a companhia tenha mais incentivos para pagar menos tributos do que para divulgar lucros elevados para o mercado, ela se engajará em *tax avoidance* e reduzirá, por consequência, o lucro contábil”.

Atwood, Drake e Myers (2010) também apontam que a diminuição no nível da BTM aumenta o nível de *tax avoidance*. Desta forma, geralmente, um aumento no lucro contábil implicaria em um aumento no lucro tributável, consequentemente, um maior passivo tributário para a companhia. Assim, paralelamente, uma redução no lucro tributável diminuiria o lucro contábil divulgado nas demonstrações financeiras (HANLON, 2005).

Moraes, Sauerbronn e Macedo (2015) analisaram dados das declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas dos anos de 2008 a 2011 dos optantes pelo lucro real submetidos ao acompanhamento diferenciado ou especial da Receita Federal. Os autores concluíram que o resultado fiscal seria impactado positivamente nos quatro anos se nele fossem incorporados diretamente os efeitos das mudanças contábeis, ou seja, sem considerar a neutralidade fiscal. No processo inicial de transição, em 2008, o aumento médio no resultado fiscal seria de 23,55%, já em 2009, maior ainda, de 54,21%. Já na fase final, da adoção completa, o aumento seria de 54,64% em 2010 e de cerca de 31,74% em 2011.

Como evidenciado por Moraes, Sauerbronn e Macedo (2015), o aumento considerável no lucro implicaria em aumento de carga tributária. Madeira e Costa Junior (2016, p. 15) identificam que “os ajustes a valor justo de instrumentos financeiros, ativos biológicos e

produtos agrícolas e propriedades para investimento, diferença de prazos (contábil e fiscal) de depreciação, perdas por redução ao valor recuperável de ativos” são exemplos de critérios contábeis que impactaram positivamente o resultado fiscal. Assim, os autores concluíram que, de fato, seria necessário o regime de transição devido às novas regras de contabilização impactando diretamente no resultado contábil das companhias.

Segundo Costa, Suzart e Acuña (2013) e Silva et al. (2014), o novo padrão contábil apresenta muita subjetividade no reconhecimento de receitas, custos e despesas. A Lei nº 12.973/2014 estabelece o tratamento tributário a ser conferido às normas internacionais de contabilidade introduzidas no Brasil. Silva et al. (2014) também identificam os temas que mais impactariam na apuração fiscal como: momento do reconhecimento de receitas, ajuste a valor presente, ajuste a valor justo, arrendamento mercantil, ativo imobilizado, investimentos em coligadas e controladas, e, combinação de negócios, entre outros como qual seria a composição do Patrimônio Líquido como base para cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio e Distribuição de Lucros e Dividendos conferindo diferenças no reconhecimento dos lucros contábil e fiscal.

Se o Brasil se tornou um país com menor conformidade contábil-fiscal após a convergência aos padrões contábeis internacionais ao se distanciar da legislação fiscal, surge uma lacuna na literatura quanto à investigação da informação contida na BTD após a regulamentação do regime tributário definitivo. Com isso, tem-se a hipótese desse estudo: as empresas listadas na B3 apresentam relação entre BTD (total e temporária) e persistência de resultados após a Lei nº 12.973/2014.

4 METODOLOGIA

A população é composta de empresas não financeiras de capital aberto no Brasil listadas na B3. Utilizou-se o banco de dados Economática®, cujos dados anuais completos compreendem-se entre os anos de 2005 e 2017, contendo: (i) ativo total; (ii) lucro contábil; (iii) lucro antes da tributação do imposto de renda e da contribuição social; (iv) despesas totais dos tributos sobre o lucro; (v) lucro por ação do exercício, e, (vi) preço das ações em 30 de abril de cada ano (ações de maior liquidez).

A amostra se inicia com os dados de 2005 porque considerou-se que três anos eram necessários para obter resultados comparáveis antes da convergência contábil aos padrões internacionais em comparativo à disponibilidade de dados de três anos após a regulamentação da Lei nº 12.973 em vista de ainda não se ter disponível o lucro por ação de 2019.

Foram excluídas as empresas financeiras devido às especificidades tributárias, por exemplo, alíquotas maiores e registro de provisões técnicas relacionados a seu negócio que impacta o resultado. Retirou-se também as que possuíam Ativo Total igual a zero por entender que elas não tiveram operações nestes anos.

Para análise do modelo de regressão, foram consideradas as observações que apresentavam dados para todas as variáveis no mesmo ano. Não houve exclusão de *outliers*, entretanto, limitou-se os efeitos extremos de todas as variáveis por *winsorização* de 5%, chegando a amostra final descrita na Tabela 1.

Tabela 1: Composição da amostra final

Etapas do processo de amostragem	Observações	Empresas
Amostragem inicial	7.319	563
(-) Instituições Financeiras	(1.391)	(107)
(-) Observações com dados faltantes	(3.943)	(222)
(=) Total da amostra final	1.985	234

Fonte: Elaborado pelos autores

A BTD Total e o Lucro Tributável são obtidos conforme Equação 1 e Equação 2, respectivamente. Calculou-se a base tributável dividindo as despesas de imposto de renda/contribuição social pela alíquota marginal máxima de 34%, medida capaz de representar o lucro tributário segundo Lev e Nissim (2004) uma vez que tal informação não é divulgada nas demonstrações contábeis das companhias.

Equação 1: Book-Tax Difference:

$$BTD_{i,t-1} = (LC_{i,t} - LT_{it})/AT_{i,t-1}$$

Onde:

$BTD_{i,t}$ = diferença total entre os lucros contábil e tributável da empresa i no ano t ;

$LC_{i,t}$ = lucro contábil antes do IRPJ/CSLL da empresa i no ano t ;

$LT_{i,t}$ = lucro tributável da empresa i no ano t , e,

$AT_{i,t-1}$ = ativo total da empresa i no ano $t-1$.

Já a BTD Temporária é obtida substituindo a despesa total com IRPJ/CSLL na Equação 2 pelo resultado do IRPJ/CSLL Diferido da demonstração de resultados das companhias.

Equação 2: Estimativa do Lucro Tributário:

$$LT_{i,t} = (IRPJ/CSLL)_{it}/\text{Alíquota Marginal}$$

Onde:

$IRPJ/CSLL_{i,t}$ = despesa total com IRPJ/CSLL da empresa i no ano t , e,

Alíquota Marginal = alíquota máxima do IRPJ/CSLL no Brasil (34%).

Para análise da hipótese, o modelo da Equação 3 foi inicialmente testado por Tang (2006) para investigar a persistência de resultados da BTD. Com o objetivo de capturar as alterações e seus efeitos ao longo do tempo, foram incluídas *dummies* para os períodos antes da adoção das normas internacionais (2005-2007) e pós regulamentação da Lei nº 12.973/2014 (2015-2017). O período intermediário (2008-2014) é captado quando ambas possuem valor igual a zero. Para verificar o efeito sobre a persistência, houve inclusão da interação das variáveis $EPS_{i,t-1}$ e $BTD_{i,t-1}$ também naqueles períodos. Assim, utilizou-se o modelo demonstrado na Equação 4. Como serão analisados dois tipos de BTD (Total e Temporária), houve representação no modelo como sendo BTDX.

Equação 3: Persistência de Resultados da BTD:

$$EPS_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EPS_{i,t-1} + \beta_2 BTD_{i,t-1}$$

Equação 4: Persistência de Resultados da BTDX após Lei nº 12.973/2014:

$$EPS_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 EPS_{i,t-1} + \beta_2 BTDX_{i,t-1} + \beta_3 D_1 * BTDX_{i,t-1} + \beta_4 D_2 * BTDX_{i,t-1} + \beta_5 EPS_{i,t-1} * BTDX_{i,t-1} + \beta_6 D_1 * EPS_{i,t-1} * BTDX_{i,t-1} + \beta_7 D_2 * EPS_{i,t-1} * BTDX_{i,t-1} + \beta_8 LN(AT)_{i,t} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$EPS_{i,t}$ = valor do lucro líquido por ação da empresa i no ano t , escalado pelo preço das ações em 30 de abril, após o final do ano fiscal $t-1$;

$EPS_{i,t-1}$ = valor do lucro líquido por ação da empresa i no ano $t-1$, escalado pelo preço da ação em 30 de abril, após o final do ano fiscal de $t-2$;

$BTDX_{i,t-1}$ = diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável da empresa i no ano $t-1$ dividido pelo ativo total da empresa i no ano $t-2$ (2008 a 2014);

D_1 = variável binária com valor 1 quando $BTDX_{i,t-1}$ se referir ao período posterior à Lei nº 12.973 (2015 a 2017) e valor 0 para os demais;

D_2 = variável binária com valor 1 quando $BTDX_{i,t-1}$ se referir ao período anterior ao RTT (2005 a 2007) e valor 0 para os demais;

$\varepsilon_{i,t}$ = termo aleatório de erro;

$\text{LN(AT)}_{i,t}$ = logaritmo natural do Ativo Total da empresa i no ano t ; e,

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6, \beta_7$ e β_8 = coeficientes do modelo.

O coeficiente β_2 mede a influência da $BTDX_{i,t-1}$ entre os anos de 2008 a 2014 sobre os níveis médios de $\text{EPS}_{i,t-1}$. Ou quando D_1 é 2015-2017 ou quando D_2 representa os anos entre 2005-2007, respectivamente, os coeficientes β_3 e β_4 somados a β_2 medem a influência da $BTDX_{i,t-1}$ sobre os níveis médios esperados de $\text{EPS}_{i,t}$ nestes respectivos períodos. Já os coeficientes β_5, β_6 e β_7 medem a influência da interação da $BTDX_{i,t-1}$ sobre a persistência de resultados.

Testou-se a regressão por Mínimos Quadrados Ordinários por meio do software GRETL® observando um nível geral de significância para os testes estatísticos de 10% tanto para BTDTOT quanto para a BTDTEMP. Foram analisados os pressupostos básicos: normalidade dos resíduos, homocedasticidade e multicolinearidade, através dos testes de Jarque-Bera, teste de White e teste *Variance Inflation Factor* (VIF), respectivamente (Gujarati, 2006).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA PERSISTÊNCIA DE RESULTADOS E BTDT

Na Tabela 2, consta a estatística descritiva. Antes da adoção das normas internacionais, a média da variável EPS era positiva, entretanto, após a convergência, a sua média se torna negativa. Presume-se que o montante de prejuízo vem aumentando uma vez que todas as medianas são positivas e os dados foram *winsorizados*.

A variável BTDTOT apresenta média positiva antes e durante o período de neutralidade fiscal. A convergência para os padrões contábeis internacionais aumentou tanto o lucro contábil quanto a BTDT, como afirmam Costa (2012) e Moraes, Macedo e Sauerbronn (2015), explicando a média positiva da BTDTOT neste período, mas não foi suficiente para reverter a média negativa após a regulamentação da Lei nº 12.973/2014. A queda da média da BTDTOT indica que os lucros fiscais são superiores ao lucro contábil (BTDT-) chegando a -0,007 no último período estudado, níveis próximos de Fonseca e Costa (2017).

Já variável BTDTEMP apresenta médias positivas em todos os períodos analisados, níveis próximos de Cardoso, Costa e Ávila (2017), mas divergentes de Fonseca e Costa (2017) e Marques Costa e Silva (2016). Embora se perceba uma tendência de queda, tais resultados podem indicar um possível aumento dos efeitos temporais que elevariam o resultado líquido das companhias, ou seja, maiores constituições de diferido ativo.

Tabela 2: Estatística Descritiva para as variáveis EPS, BTDTOT e BTDTEMP

Variáveis	Períodos	Observações	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio-Padrão
EPS	2005-2007	262	0,067	0,116	-1,598	0,368	0,362
	2008-2014	1.165	-0,026	0,062	-1,598	0,368	0,392
	2015-2017	558	-0,156	0,040	-1,598	0,368	0,536
	2005-2017	1.985	-0,050	0,060	-1,598	0,368	0,440

BTDTOT	2005-2007	262	0,010	0,013	-0,206	0,130	0,072
	2008-2014	1.165	0,006	0,013	-0,206	0,130	0,073
	2015-2017	558	-0,007	0,008	-0,206	0,130	0,082
	2005-2017	1.985	0,003	0,012	-0,206	0,130	0,076
BTDTEMP	2005-2007	262	0,072	0,070	-0,203	0,231	0,107
	2008-2014	1.165	0,054	0,055	-0,203	0,231	0,103
	2015-2017	558	0,025	0,034	-0,203	0,231	0,103
	2005-2017	1.985	0,048	0,049	-0,203	0,231	0,104

Fonte: Elaborado pelos autores

5.2 ANÁLISE DE REGRESSÃO PARA PERSISTÊNCIA DE RESULTADOS

A Tabela 3 e a Tabela 4 evidenciam a estatística para a hipótese onde as empresas listadas na B3 apresentam relação entre BTDT Total e Temporária, respectivamente, e persistência de resultados após a Lei nº 12.973/2014 nos três cenários de análise. As regressões mostraram-se significativas explicando 42,53% e 42,51% de influência das variáveis independentes.

A hipótese nula de que os resíduos se distribuem normalmente foi rejeitada, porém pôde-se relaxar neste pressuposto por se ter uma ampla amostra (1.985 observações) com base no Teorema do Limite Central. Quanto à homocedasticidade, a regressão foi estimada por erros-padrão robustos com correção uma vez que a amostra apresenta presença de heteroscedaticidade. Por fim, o maior valor VIF (4,643) encontrado está abaixo de 10.

Em ambos cenários, os resultados de EPS_{it-1} foram significativos evidenciando que a persistência de um ano é explicada positivamente pela persistência de resultados do ano anterior em cerca de 0,849 para BTDTOT e 0,815 para a BTDTEMP. Esses resultados são semelhantes aos de Tang (2006) e aos de Marques, Costa e Silva (2016) em que os resultados atuais estão positivamente associados aos resultados do ano anterior. Assim como os resultados para a variável de controle $LN(AT)_{i,t}$.

Tabela 3: Resultados para Persistência de Resultados com BTDTOT

Variável	Sinal Esperado	Coefficiente	Erro-Padrão ¹	Estatística <i>t</i>	<i>p-value</i>
Constante	?	-0,329***	0,083	-3,869	<0,0001
EPS_{it-1}	(+)	0,849***	0,088	9,628	<0,0001
$BTDTOT_{it-1}$	(-)	0,199	0,249	0,798	0,425
$D_1BTDTOT_{it-1}$	(-)	-0,575	0,533	-1,078	0,281
$D_2BTDTOT_{it-1}$	(-)	-0,387	0,276	-1,403	0,161
$EPS_{it-1} * BTDTOT_{it-1}$	(-)	0,024	0,591	0,040	0,968
$D_1EPS_{it-1} * BTDTOT_{it-1}$	(-)	0,919	0,744	1,237	0,216
$D_2EPS_{it-1} * BTDTOT_{it-1}$	(-)	1,203	1,117	1,076	0,282
$LN(AT)_{it}$	(+)	0,017***	0,005	3,224	0,001

Descrição	Valor	Descrição	Valor
R ²	0,4253	Teste F (Estatística)	50,201
R ² ajustado	0,4230	Teste F (<i>p-value</i>)	<0,0001
Schwarz	2.165,64	Teste de White (Estatística)	479,728
Akaike	2.115,30	Teste de White (<i>p-value</i>)	<0,0001
Jarque-Bera (estatística)	677,37	Número de Observações	1.985
Jarque-Bera (<i>p-value</i>)	<0,0001	Variance Inflation Factor ²	4,643

¹Erros-padrão estimados com correção para heterocedasticidade de White; ²Maior valor encontrado. Significâncias estatísticas: *10%, **5% e ***1%.

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 4: Resultados para Persistência de Resultados com BTDTEMP

Variável	Sinal Esperado	Coefficiente	Erro-Padrão ¹	Estatística <i>t</i>	<i>p-value</i>
Constante	?	-0,338***	0,084	-4,028	<0,0001
EPS _{it-1}	(+)	0,815***	0,084	9,662	<0,0001
BTDTEMP _{it-1}	(-)	0,326**	0,158	2,062	0,039
D ₁ BTDTEMP _{it-1}	(-)	-0,428	0,266	-1,604	0,109
D ₂ BTDTEMP _{it-1}	(-)	-0,176	0,176	-1,002	0,316
EPS _{it-1} *BTDTEMP _{it-1}	(-)	0,088	0,548	0,161	0,872
D ₁ EPS _{it-1} *BTDTEMP _{it-1}	(-)	0,817	0,645	1,266	0,206
D ₂ EPS _{it-1} *BTDTEMP _{it-1}	(-)	1,222	1,047	1,167	0,243
LN(AT) _{it}	(+)	0,017***	0,005	3,212	0,001

Descrição	Valor	Descrição	Valor
R ²	0,4251	Teste F (Estatística)	58,82
R ² ajustado	0,4227	Teste F (<i>p-value</i>)	<0,0001
Schwarz	2.166,67	Teste de White (Estatística)	480,38
Akaike	2.116,33	Teste de White (<i>p-value</i>)	<0,0001
Jarque-Bera (estatística)	676,85	Número de Observações	1.985
Jarque-Bera (<i>p-value</i>)	<0,0001	Variance Inflation Factor ²	3,720

¹Erros-padrão estimados com correção para heterocedasticidade de White; ²Maior valor encontrado. Significâncias estatísticas: *10%, **5% e ***1%.

Fonte: Elaborado pelos autores

No cenário da BTD Total, a variável BTDTOT_{it-1} não apresentou significância estatística para nenhum dos períodos estudados. Tais achados vão de encontro aos resultados de Marques, Costa e Silva (2016), Fonseca e Costa (2017) e Cardoso, Costa e Ávila (2017) para o período de adoção das IFRS, como os achados de Martinez e Ronconi (2015) e Paulo, Martins e Corrar (2007). Ou seja, as análises evidenciam que esta variável não possui relação com a persistência de resultados. Quanto às análises de interação entre BTDTOT_{it-1} e EPS_{it-1}, também não é possível afirmar que aquela variável influenciaria positiva ou negativamente a persistência de resultados das companhias.

Já no cenário da BTD Temporária, a variável BTDTEMP_{it-1} apresentou significância estatística mas não nos demais períodos do estudo (antes da convergência das normas IFRS e após a regulamentação da Lei nº 12.973/2014). O coeficiente β_2 mede a influência da BTDTEMP_{it-1} entre os anos de 2008 a 2014 sobre os níveis médios de EPS_{it-1}.

Como apontam Costa (2012), Moraes, Sauerbronn e Macedo (2015) e Nakao (2012), com a adoção das normas contábeis internacionais, houve desvinculação entre os lucros contábil e fiscal, ou seja, os resultados contábeis passaram a refletir mais economicamente as transações comerciais das companhias enquanto o lucro tributário permanecia o mesmo de acordo com a legislação tributária. Como durante a neutralidade tributária, a BTDTEMP_{it-1} demonstrou relação positiva ($\beta_2 = 0,326$) como analisado por Martinez e Ronconi (2015), tais achados indicam que a BTDTEMP_{it-1} possui correlação com maiores níveis de EPS_{it,t}. Ou seja, há práticas que evidenciaríamos, por meio da BTDTEMP, uma busca por melhorias de resultados.

Quanto às demais interações, não é possível afirmar relação em nenhum dos períodos analisados. Assim, não se aceita totalmente a hipótese da pesquisa de que as empresas listadas na B3 apresentam relação entre BTD e persistência de resultados após a Lei nº 12.973/2014. De acordo com os achados, a BTDTEMP possui relação positiva com EPS_{it,t} no período após

adoção das normas IFRS e neutralidade fiscal, mas não é capaz de influenciar na persistência de resultados neste mesmo período, assim como a BTDTOT em nenhum dos casos.

Como análise adicional, embora não se possa afirmar porque não se obteve significância estatística, percebe-se que, nos dois cenários, tanto $BTDTOT_{it-1}$ quanto $BTDTEMP_{it-1}$ possuem inversão de sinal entre os períodos com e sem IFRS na relação com EPS_{it-1} . Alinhada à significância de $BTDTEMP_{it-1}$ no período das IFRS/RTT, pode ter havido algum fenômeno que esteja influenciando a significância dessas variáveis no período após a Lei nº 12.973/2014 uma vez que no período anterior, a BTDTOT já não possuía poder informativo. Se a regulamentação do regime tributário definitivo traz a premissa da neutralidade tributária do período do regime de transição (Silva et al., 2014), ao menos, os resultados obtidos na $BTDTEMP_{it-1}$ deveriam permanecer.

6 CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES

O estudo teve como objetivo analisar a persistência das book-tax differences após a Lei nº 12.973/2014 nas companhias não-financeiras do mercado brasileiro utilizando 1.985 observações distribuídas entre os anos de 2005 e 2017. Utilizou-se uma adaptação do modelo de persistência de resultados estimado por Tang (2006) para tratar a relação entre BTDTOT e persistência de resultados antes e após a convergência contábil aos padrões internacionais e após a regulamentação do regime tributário definitivo. Buscou-se testar a hipótese de que as empresas listadas na B3 apresentam relação entre BTDTOT (total e temporária) e persistência de resultados após a Lei nº 12.973/2014.

Quanto às análises de regressão, constatou-se que a persistência de resultados do ano anterior possui relação positiva com a persistência atual. Isto sugere que o mercado é capaz de prever desempenhos futuros tomando como base o EPS_{it-1} tanto no cenário da BTDTOT Total como Temporária.

Quanto às análises sobre as BTDTOT, somente a variável $BTDTEMP_{it-1}$ apresentou significância estatística e no período de adoção das IFRS enquanto vigorava o Regime Tributário de Transição. Ou seja, é possível que tenha havido práticas que evidenciaríamos, por meio da $BTDTEMP_{it-1}$, uma busca por melhoria de resultados das companhias neste período.

Todo estudo acarreta em limitações e este possui: (i) a obtenção do lucro tributável dividindo-se as despesas totais com IRPJ/CSLL pela alíquota marginal máxima de 34% devido à falta de divulgação do efetivo lucro fiscal das companhias; (ii) a própria base de dados do Economática® que pode conter omissões e erros de preenchimento dos dados contábeis; e, (iii) o estudo não controla possíveis efeitos de instabilidade no mercado durante o período da convergência às normas IFRS.

Esta pesquisa contribui para a extensão dos exames a respeito do comportamento da BTDTOT e previsibilidade de resultados, como os chamados de Formigoni, Antunes e Paulo (2009) e Guimarães (2016) quanto a sua influência sobre a persistência de resultados. Desta forma, busca-se alcançar os usuários das informações contábeis a respeito das discussões sobre o papel informativo da BTDTOT promovendo uma comparação de seus efeitos após a normatização dos lucros contábil e fiscal e que podem refletir no uso de práticas que deteriore as normas societárias em benefício das decisões tributárias com o propósito de reduzir o reflexo dos tributos.

Assim, é necessário que se continuem as pesquisas a fim de verificar a influência da contabilidade fiscal sobre as demonstrações contábeis, bem como outros aspectos institucionais antes de afirmar todos os efeitos entre conformidade contábil-fiscal e o gerenciamento de resultados. Como sugestões de pesquisas futuras, recomenda-se (i) o acompanhamento da conformidade contábil-fiscal para identificação de fatores que possam contribuir para evidenciar os desempenhos das companhias; (ii) o acompanhamento dos

efeitos da Lei nº 12.973/2014 sobre as métricas de agressividade fiscal; (iii) o estudo da persistência de resultados dos diferentes tipos de BTD, bem como, (iv) a utilização de outras variáveis de controle a fim de mitigar erros de mensuração nas demais variáveis, e, por fim, (v) a utilização de novas métricas de qualidade a fim de evidenciar possíveis influências fiscais sobre as normas societárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atwood, T. J., Drake, M. S., & Myers, L. A. (2010). Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 111–125. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.11.001>
- Blaylock, B., Gaertner, F., & Shevlin, T. (2015). The association between book-tax conformity and earnings management. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 141–172. <https://doi.org/10.1007/s11142-014-9291-x>
- Braga, R. N. (2017). Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 407–424. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201704680>
- Brunozi Júnior, A. C. (2016). *Os efeitos das book-tax-differences anormais na qualidade dos resultados contábeis em empresas de capital aberto listadas no Brasil*. 2016. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.
- Brunozi Júnior, A.C., Kronbauer, C. A., Martinez, A. L., & Alves, T. W. (2018). BTD anormais, accruals discricionários e qualidade dos accruals em empresas de capital aberto listadas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 108-141. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p108>
- Cardoso, T. A. O., Costa, P. S., & Ávila, L. A. C. (2017). A Persistência da Book-Tax Differences nas Companhias Abertas Brasileiras após a Adoção do International Financial Reporting Standards (IFRS). *Revista Alcance*, 24(4), 462-475. [http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v24n4\(Out/Dez\).p462-475](http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v24n4(Out/Dez).p462-475)
- Costa, P. de S. (2012). *Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://doi.org/10.11606/T.12.2012.tde-30032012-173043>
- Costa, J. A., Suzart, J. A. da S., & Acuña, B. C. M. (2013). Consolidação da convergência das normas contábeis brasileiras: uma análise sobre o fim do Regime Tributário de Transição. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 44–57. Recuperado de <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1075>
- Costa, P. DE S., Nakao, S. H., & Moraes, M. B. DA C. (2017). *Efeito da suavização do lucro contábil e do lucro tributável na book-tax differences*. https://fearp.usp.br/images/phocagallery/eventos/Resumo_semin%C3%A1rio_p%C3%B3s-doc.pdf
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 344–401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>
- Ferreira, F. R. et al. (2012). Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 5, p. 488–501.
- Fonseca, K. B. C., & Costa, P. S. (2017). Fatores Determinantes Das Book-Tax Differences.

- Formigoni, H., Antunes, M. T. P., & Paulo, E. (2009). Diferença entre o Lucro Contábil e Lucro Tributável: Uma Análise sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis e Gerenciamento Tributário nas Companhias Abertas Brasileiras. *Brazilian Business Review*, v. 6, n. 1, p. 44–61.
- Guimarães, G. O. M. *Diferença entre lucro contábil e lucro fiscal (book-tax differences - BTB) de bancos brasileiros entre 2004 a 2014: um estudo com foco na agressividade tributária e no gerenciamento de resultados*. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade Administração e Contabilidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2016.
- Gujarati, D. N. (2006). *Econometria básica* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Hanlon, M. (2005). The persistence and pricing of earnings, accruals and cash flows when firms have large book-tax differences. *The Accounting Review*, 80(1), 137–166. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.1.137>
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 127–178. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 105–231. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00030-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00030-1)
- Lamb, M., Nobes, C., & Roberts, A. (1998). International Variations in the Connections Between Tax and Financial Reporting. *Accounting & Business Research (Wolters Kluwer UK)*, 28(3), 173–188. <https://doi.org/Article>
- Lev, B., & Nissim, D. (2004). Taxable income, future earnings, and equity values. *Accounting Review*, 79(4), 1039–1074. <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.4.1039>
- Lisowsky, P. (2010). Seeking Shelter: Empirically modeling tax shelters using financial statement information. *The Accounting Review*, v. 85, n. 5, p. 1693–1720.
- Madeira, F. L., & Da Costa Junior, J. V. (2016). Características dos Tributos Diferidos nas Companhias Abertas Brasileiras após a Adoção das IFRS. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 8(3), 131–149. <https://doi.org/10.5380/rcc.v8i3.44228>
- Marques, A. V. C. (2014). *Relevância do conteúdo informacional das book-tax differences: evidências de países membros da América Latina*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Marques, A. V. C., Costa, P. de S., & Silva, P. R. (2016). Relevância do conteúdo informacional das book-tax differences para a previsão de resultados futuros: evidências de países-membros da América Latina. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 29–42. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501570>
- Martinez, A. L., & Ronconi, L. B. (2015). Conteúdo Informativo do Lucro Tributável em Relação ao Lucro Contábil no Brasil - Antes e Após o Regime de Transição Tributária (RTT). *Contabilidade Vista & Revista*, 26(1), 35–56.
- Martinez, A. L., & Passamani, R. R. (2014). Book-Tax Differences e sua Relevância Informacional no Mercado de Capitais no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 4, n. 2, p. 20–37.
- Moore, J. A. (2012). Empirical evidence on the impact of external monitoring on book-tax differences. *Advances in Accounting*, v. 28, n. 2, p. 254–269.
- Moraes, M. V. M., Macedo, M. A. da S., & Sauerbronn, F. F. (2015). O impacto das IFRS no resultado contábil das pessoas jurídicas no Brasil. *Revista Da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros*, 1(2), 190–216.
- Moraes, M. V. M., Sauerbronn, F. F., & Macedo, M. A. da S. (2015). E se as normas internacionais fossem adotadas para fins fiscais? Evidências empíricas a partir dos

- ajustes do Regime Tributário de Transição (RTT). *Revista Universo Contábil*, 107–127. <https://doi.org/10.4270/ruc.2015434>
- Nakao, S. H. (2012). *A adoção de IFRS e o legado da conformidade contábil-fiscal mandatária*. *Teses.Usp.Br.* 2012. 62 f. Tese (Livre-Docência em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-31012014-140349/en.php>
- Paulo, E., Martins, E., & Corrar, L. J. (2007). Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *Revista de Administração de Empresas*, 47(1), 46–59. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902007000100005>
- Pereira, T. R. L. (2014). Tratamento contábil dos tributos sobre o lucro: um estudo comparativo na mudança nas normas brasileiras. *Revista Científica Hermes*, n. 11, p. 207–226.
- Silva, C. L. P. M. da, Santos, M. A. C. dos, Koga, G. H., & Barbosa, R. A. C. (2014). Tributação e IFRS no Brasil: alterações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e da COFINS, trazidas pela Lei nº 12.973/2014. *Revista Da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros*, 1(1), 393–422. Recuperado de <http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceitafederal/article/view/35/19>
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: a review, 16(4), 675–702. <https://doi.org/10.1080/09638180701706732>
- Tang, T. Y. H. (2006). The value relevance of book-tax differences - an empirical study in China's capital market. *SSRN ELibrary*, 1–37. <https://doi.org/dx.doi.org/10.2139/ssrn.897120>
- Tang, T. Y. H., & Firth, M. (2012). Earnings Persistence and Stock Market Reactions to the Different Information in Book-Tax Differences: Evidence from China. *International Journal of Accounting*, v. 47, n. 3, p. 369–397, 2012.
- Wilson, R. J. (2009). An examination of corporate tax shelter participants. *Accounting Review*, v. 84, n. 3, p. 969–999.